

ano 17 – n. 33 | julho/dezembro – 2025  
Belo Horizonte | p. 1-210 | ISSN 2176-1671  
R. Bras. Dir. Eleit. – RBDE

# Revista Brasileira de DIREITO ELEITORAL RBDE

**FORUM**  
CONHECIMENTO

# Sumário

ano 17 – n. 33 | julho/dezembro – 2025  
Belo Horizonte | p. 1-210 | ISSN 2176-1671  
R. Bras. Dir. Eleit. – RBDE

## DOCTRINA

### Artigos

Comunicação pública e eleições: a necessária distinção entre patrocínio e publicidade institucional, sob a perspectiva do Direito Eleitoral

|                                                                                               |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Rodrigo Martiniano Ayres Lins</b> .....                                                    | 9  |
| 1      Introdução .....                                                                       | 9  |
| 2      O conceito de publicidade institucional e suas limitações no contexto eleitoral...     | 11 |
| 3      Patrocínio: conceito e diferenças em relação à publicidade institucional .....         | 16 |
| 4      Patrocínio e publicidade institucional: análise jurisprudencial e limites legais ..... | 20 |
| Considerações finais .....                                                                    | 25 |
| Referências .....                                                                             | 26 |

A (des)necessidade de desincompatibilização do pretense candidato que mantém contrato administrativo com o ente público:  
o dilema das cláusulas uniformes

|                                                                                                                          |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Cleidiane Sevegnani Adami, Pedro Tadeo Rocha</b> .....                                                                | 29 |
| Introdução .....                                                                                                         | 30 |
| 1      Direito Eleitoral: noções introdutórias .....                                                                     | 31 |
| 1.1      Dos direitos políticos .....                                                                                    | 31 |
| 1.2      As causas de inelegibilidade: noções conceituais e classificação .....                                          | 32 |
| 1.3      Da desincompatibilização .....                                                                                  | 34 |
| 1.4      A inelegibilidade de candidatos em virtude de violação ao art. 1º, inciso II, alínea “j” da LC nº 64/1990 ..... | 36 |
| 2      Contratos administrativos e cláusulas uniformes .....                                                             | 37 |
| 2.1      Das cláusulas uniformes .....                                                                                   | 38 |
| 3      Interpretação da norma: ponderação dos princípios e direitos mais relevantes ...                                  | 40 |
| Considerações finais .....                                                                                               | 48 |
| Referências .....                                                                                                        | 51 |

Entre a lei e a realidade: análise crítica das fraudes nas cotas de gênero e seus efeitos na representatividade política feminina, à luz da legislação eleitoral brasileira

|                                                                               |    |
|-------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Maria Eduarda Lages Rocha</b> .....                                        | 53 |
| 1      Introdução .....                                                       | 54 |
| 2      O artigo científico .....                                              | 54 |
| 2.1      Ações afirmativas de gênero: contexto internacional e nacional ..... | 55 |
| 2.2      A Lei nº 9.100 de 1995 .....                                         | 56 |
| 2.3      Marco legal internacional: influência no Brasil .....                | 56 |
| 2.4      A Lei nº 9.504 de 1997 .....                                         | 57 |
| 3      Fraude nas cotas de gênero: análise jurisprudencial .....              | 58 |
| 3.1      O Acórdão TSE nº 193-92 .....                                        | 58 |

|     |                                                                   |    |
|-----|-------------------------------------------------------------------|----|
| 3.2 | Decisões e implicações do acórdão .....                           | 59 |
| 3.3 | Crítérios para identificação de fraudes .....                     | 59 |
| 4   | Impacto das fraudes na representatividade política feminina ..... | 61 |
| 4.1 | Erosão da representatividade feminina.....                        | 61 |
| 4.2 | Comprometimento da integridade do processo eleitoral .....        | 61 |
| 4.3 | Prejuízo à eficácia das políticas de ação afirmativa .....        | 62 |
| 4.4 | Repercussões legais e institucionais .....                        | 62 |
| 5   | Considerações finais ou conclusões .....                          | 63 |
|     | Referências .....                                                 | 65 |

## Efeito das *fake news* nas eleições e seus riscos para a democracia

|                                        |                                                                                                               |           |
|----------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Glauber Ribeiro dos Santos.....</b> |                                                                                                               | <b>67</b> |
| 1                                      | Introdução .....                                                                                              | 67        |
| 2                                      | <i>Fake news</i> e a ameaça a democracia.....                                                                 | 68        |
| 3                                      | O processo eleitoral brasileiro e as <i>fake news</i> como violação do direito à liberdade de expressão ..... | 70        |
| 4                                      | As decisões do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral no combate às <i>fake news</i> ..... | 75        |
| 4.1                                    | Decisões do STF .....                                                                                         | 75        |
| 4.2                                    | Decisões do TSE .....                                                                                         | 76        |
| 5                                      | Considerações finais.....                                                                                     | 79        |
|                                        | Referências .....                                                                                             | 80        |

## Orçamento público, garantia de direitos e justiça climática: desafios e perspectivas para a promoção da igualdade social e sustentabilidade

|                                                                                                         |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Giovanna Martins Sampaio .....</b>                                                                   | <b>83</b> |
| Introdução .....                                                                                        | 83        |
| Orçamento público e a Constituição Federal de 1988.....                                                 | 84        |
| O orçamento público como ferramenta para garantia de direitos .....                                     | 85        |
| A função do orçamento como instrumento de políticas públicas .....                                      | 87        |
| A relação entre orçamento, eficiência e controle social .....                                           | 87        |
| A Constituição de 1988 e os direitos sociais .....                                                      | 88        |
| Desafios na garantia de direitos sociais através do orçamento .....                                     | 89        |
| A importância da participação social no orçamento .....                                                 | 89        |
| Falta de transparência e eficiência na gestão orçamentária .....                                        | 90        |
| Participação popular e controle social: o papel dos conselhos e fóruns .....                            | 91        |
| O controle social no processo orçamentário .....                                                        | 91        |
| Mecanismos de controle social na prática .....                                                          | 92        |
| O processo de implementação do orçamento participativo .....                                            | 93        |
| Orçamento público e justiça climática: a alocação de recursos para ações de mitigação e adaptação ..... | 94        |
| Investimentos em infraestrutura resiliente e sustentabilidade.....                                      | 95        |
| O papel das parcerias público-privadas (PPP) e financiamento internacional .....                        | 95        |
| A exposição das populações vulneráveis aos efeitos climáticos .....                                     | 96        |
| Desigualdade social e as mudanças climáticas .....                                                      | 96        |
| A transição justa e os investimentos públicos .....                                                     | 97        |
| Adoção de indicadores sociais e ambientais no orçamento .....                                           | 98        |
| Criação de um orçamento climático .....                                                                 | 98        |
| Integração das políticas climáticas nas ações setoriais .....                                           | 99        |
| Estabelecimento de fundos específicos para justiça climática e social .....                             | 100       |
| Referências .....                                                                                       | 100       |

O impacto da presença na representação substantiva: como combater a sub-representação política de grupos sociais e aperfeiçoar a democracia

|                                                                           |     |
|---------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Alberto André Barreto Martins</b> .....                                | 103 |
| Introdução .....                                                          | 103 |
| 1    O conceito de representação .....                                    | 104 |
| 2    O impacto da presença na representação substantiva .....             | 120 |
| 3    Consequências de uma sub-representação descritiva e substantiva..... | 122 |
| Conclusão .....                                                           | 123 |
| Referências .....                                                         | 125 |

## **JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA**

### **ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA**

#### **Supremo Tribunal Federal**

STF – Pleno – Recurso Extraordinário com Agravo 1.428.742 São Paulo – Crime Eleitoral Caixa Dois. Ato de Improbidade Administrativa. Possibilidade de Dupla Responsabilização. Independência das Instâncias. Competência da Justiça Comum para Processamento e Julgamento da Ação por ato de Improbidade Administrativa. Competência da Justiça Eleitoral para Processamento e Julgamento da Ação Penal Eleitoral pelo mesmo fato e por Eventuais Crimes Conexos. ....129

#### **Supremo Tribunal Federal**

STF – Pleno – Ação Direta de Inconstitucionalidade 7.677 Distrito Federal – Prestação de Contas Eleitorais. Certidão de Quitação Eleitoral. Restrição Temporal. ....153

#### **Supremo Tribunal Federal**

STF – Pleno – Recurso Extraordinário 1.238.853 Rio de Janeiro – Capacidade Eleitoral Passiva. Filiação a Partido Político como Expressa Condição de Elegibilidade (CF, Art. 14, §3º, V). Garantia Constitucional de Liberdade de Criação e Participação em Partidos Políticos. Inexistência de Qualquer Limitação ao Pleno Exercício dos Direitos Políticos. Vedação Constitucional às Candidaturas Avulsas. ....185

Instruções para os autores..... 209